

SCHULZ S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Schulz S.A. é uma sociedade de capital aberto, cujos atos constitutivos datados de 04/07/1963 estão arquivados na Jucesc sob nº 42300008486. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.693.183/0001-68. Está sediada na cidade de Joinville - SC, Rua Dona Francisca, 6901, CEP 89.219-600.

A Sociedade tem por objeto: (1) A indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos metalúrgicos, de compressores de ar em geral, de compressores de ar e de bombas de vácuo destinados à área da saúde, de ferramentas manuais, pneumáticas e elétricas, de ferramentas manuais de fixação, aperto e corte, de máquinas, ferramentas, utensílios e acessórios para pulverizar e para trabalhar metais, de materiais de escavação e de penetração do solo, de aspiradores, de hidrolavadoras, de bombas e motobombas para recalque de água, de equipamentos mecânicos, hidráulicos e elétricos, bem como de partes, componentes e periféricos desses produtos. (2) A comercialização de graxas e óleos lubrificantes utilizados nos produtos de sua indústria e de seu comércio. (3) A prestação de serviços de usinagem e de pintura de peças fundidas, de prospecção, de instalação, de manutenção e de assistência técnica relacionada com os produtos de sua indústria e de seu comércio. (4) A locação, para quaisquer fins, de compressores de ar e de outros equipamentos de sua indústria e de seu comércio. (5) A participação em outras sociedades, quaisquer que sejam os seus objetivos sociais, para beneficiar-se, ou não, de incentivos fiscais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 20 de janeiro de 2017.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Schulz S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2016	31/12/2015
Schulz of América, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	100,00%	100,00%
Shanghai Schulz Compressor (Pré-Operacional)	China	100,00%	0,00%
Investimento Schulz Compressores S.A (Pré-Operacional)	Brasil	99,98%	99,98%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3 Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4 Conversão de Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

- Transações em moeda estrangeira

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

- Conversão de controlada no exterior

Os ativos e passivos de controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis e as correspondentes demonstrações de resultado são convertidas

pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes das referidas conversões são contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, até a venda desse investimento, quando os saldos serão registrados na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.6 Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento

de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente quando relevante e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Investimentos

a) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a companhia mensura as propriedades para investimento pelo método do valor justo, sendo as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

3.10 Imobilizado

A empresa realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiências anteriores com ativos semelhantes. concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas.

b) Licenças

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

c) Desenvolvimento de Projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros.

3.12 *Impairment* de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.14. 1 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17 Participação nos Resultados

A Companhia reconhece como provisão de despesas de participação (outras despesas operacionais) e no passivo, a provisão de participação nos resultados com base no programa PPR, cujo acordo foi aprovado pela Comissão de Fábrica e protocolado no Sindicato Laboral, e que leva em conta a avaliação de desempenho comparada com as metas setoriais internas. A Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal não participam deste programa.

3.18 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.20 Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

Subvenções relacionadas a ativos são subvenções governamentais cuja condição principal para que a entidade se qualifique é a de que ela compre, construa ou de outra forma adquira ativos de longo prazo. Também podem ser incluídas condições acessórias que restrinjam o tipo ou a localização dos ativos, ou os períodos durante os quais devem ser adquiridos ou mantidos.

As subvenções governamentais, quando tratar-se de concessão de empréstimo com juros inferiores ao mercado são contabilizados e divulgados os efeitos da assistência governamental da qual a companhia tenha se beneficiado.

A subvenção governamental deve ser lançada no resultado da companhia pelo regime de competência e transferida para Reserva de Incentivos Fiscais na destinação do lucro líquido ao final do exercício social.

3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para perdas nos estoques;
- c) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) *Impairment* dos ativos imobilizados, intangíveis e *ágio*; e,
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.22 Ajuste a Valor Presente

Os elementos integrantes do ativo e passivo monetários, decorrentes de operações de longo prazo, e os de curto prazo quando o efeito for relevante são ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

Risco com taxa de juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Exposição Cambial Líquida

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil ativa de US\$ 3,2 milhões, cuja composição encontra-se detalhada no quadro “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

Derivativos e Riscos Associados

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Análise de Sensibilidade dos Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a empresa, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativos de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar) e de variações nas taxas de juros variáveis em contratos de financiamentos e aplicações financeiras:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial Líquida					
Descrição	Risco	31/12/2016 R\$ Mil	Cenário I R\$ Mil	Cenário II R\$ Mil	Cenário III R\$ Mil
Ativos					
Clientes no Mercado Externo	Baixa do Dólar	56.804	57.517	59.260	61.003
Caixa/Bancos - Moeda estrangeira	Baixa do Dólar	46.575	47.159	48.588	50.017
Outros Ativos	Baixa do Dólar	191	193	199	205
Total		103.570	104.869	108.047	111.225
Passivos					
Dívida Bancária	Alta do Dólar	114.272	115.706	119.212	122.718
Outros Passivos	Alta do Dólar	-	-	-	-
Total		114.272	115.706	119.212	122.718
Exposição Líquida - R\$ Mil	Alta do Dólar	10.702	10.837	11.165	11.493
Exposição Líquida - US\$ Mil	Alta do Dólar	3.285	3.284	3.284	3.284
Taxa Dólar		3,2591	3,3000	3,4000	3,5000

Esta simulação somente terá prejuízo se o real desvalorizar, conforme demonstrado acima.

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Variações nas Taxas de Juros variáveis									
Descrição	Risco	% a.a 31/12/2016	31/12/2016 R\$ Mil	Cenário I (Provável)		Cenário II (Possível)		Cenário III (Remoto)	
				% a.a.	Ganho/(Perda)R\$ Mil	% a.a.	Ganho/(Perda)R\$ Mil	% a.a.	Ganho/(Perda)R\$ Mil
Aplicações Financeiras	Baixa CDI	13,63%	199.381	10,00%	(7.238)	7,00%	(13.219)	4,82%	(17.565)
Financiamentos	Alta CDI	13,63%	(62.881)	9,63%	2.515	12,04%	1.000	11,63%	1.258
Financiamentos	Alta Libor(6M)	1,32%	(109.215)	1,85%	(579)	1,75%	(470)	1,95%	(688)
Financiamentos	Alta TJLP	7,50%	(25.332)	7,50%	-	7,40%	25	7,30%	51
Financiamentos	Alta Selic	13,75%	(94)	9,75%	4	10,00%	4	11,00%	3
Total Impacto sobre as Despesas/Receitas Financeiras Líquidas					(5.298)		(12.660)		(16.941)
As taxas para o cenário I(Provável) estão demonstradas para um horizonte de 01 ano(31.12.2017)									
Consideramos uma deterioração de 25% para as taxas do cenário II e 50% para as taxas do cenário III.									

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	4	6	4	6
Bancos Conta Movimento	1.123	364	1.133	364
Caixa e Banco - Moeda Estrangeira	41.249	21.209	46.575	28.389
Aplicação Financeira	199.381	223.053	199.381	223.053
Total	241.757	244.632	247.093	251.812

As aplicações financeiras estão lastreadas em certificados de depósito bancário (CDB) e Operações Compromissadas, e tem seu rendimento atrelado ao CDI.

NOTA 6 - CLIENTES

Contas a Receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Receber de Clientes Interno	104.721	100.336	104.721	100.336
Contas a Receber de Clientes Externo	49.901	81.876	56.804	88.836
Contas a Receber de Empresas Ligadas	2.581	4.372		
Impairment (Provisão para Perdas-MI)	(5.740)	(6.432)	(5.740)	(6.432)
Impairment (Provisão para Perdas-ME)	(803)	(535)	(1.129)	(926)
Contas a Receber de Clientes	150.660	179.617	154.656	181.814
Aging List Contas a Receber de Clientes	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos de 1 a 30 dias	8.361	11.356	9.218	11.751
Vencidos de 31 a 60 dias	1.371	2.328	1.543	2.807
Vencidos de 61 a 180 dias	1.541	3.206	1.786	3.422
Vencidos acima de 181 dias	6.543	6.967	8.058	8.509
A vencer em até 3 meses	117.090	137.777	118.431	137.937
A vencer mais de 3 meses	22.297	24.950	22.489	24.746
Contas a Receber de Clientes	157.203	186.584	161.525	189.172
Contas a Receber por Tipo de Moeda	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais	104.721	100.336	104.721	100.336
US\$	44.977	78.205	49.299	80.793
Euro	7.505	8.043	7.505	8.043
Total	157.203	186.584	161.525	189.172

NOTA 7 – ESTOQUES

Estoque	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos Acabados	21.218	20.137	26.063	26.692
Impairment de Produtos Acabados	(4.528)	(8.286)	(4.528)	(8.286)
Produtos em Elaboração	17.138	13.547	17.138	13.547
Matéria-Prima	15.924	18.546	15.924	18.546
Materiais Consumo Produção	6.205	5.950	6.205	5.950
Consignação	18.597	23.323	18.597	23.323
Revenda	41.140	59.863	41.140	59.863
Outros Estoques	9.152	10.177	9.152	10.177
Total	124.846	143.257	129.691	149.812

NOTA 8 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS a Recuperar	11.540	4.936	11.540	4.936
IPI a Recuperar	781	1.227	781	1.227
IRPJ/CSLL	6.053	6.091	6.053	6.091
IRRF s/ Aplicação Financeira	1.845	1.212	1.845	1.212
Pis/Cofins a Recuperar	37	396	37	396
Outros Impostos	394	343	454	472
Parcela Circulante	20.650	14.205	20.710	14.334
ICMS a Recuperar	543	995	543	995
Parcela Não Circulante	543	995	543	995
Total	21.193	15.200	21.253	15.329

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Investimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Investimentos em Sociedades Controladas	16.167	15.440		10
Propriedades para Investimento	10.596	10.031	10.596	10.031
Total	26.763	25.471	10.596	10.041

9.1 Investimentos em Sociedades Controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	País	Ativos	Passivo	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido do Período	% de Participação	Equivalência Patrimonial	Valor do Investimento
Em 31 de dezembro de 2015									
Schulz of América, Inc.	USA	18.913	5.182	13.731	17.235	907	100,00%	907	13.731
Em 31 de dezembro de 2016									
Schulz of América, Inc.	USA	13.500	1.600	11.900	17.247	466	100,00%	466	11.900
Em 31 de dezembro de 2015									
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	4.460	2.761	1.699	4.633	(860)	100,00%	(860)	1.699
Em 31 de dezembro de 2016									
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	China	3.198	798	2.400	7.222	(854)	100,00%	(854)	2.400
Em 31 de dezembro de 2016									
Shanghai Schulz Compressor	China	1.806	(51)	1.857		(19)	100,00%	(19)	1.857
Em 31 de dezembro de 2015									
Investimento Schulz Compressores S.A	Brasil	10		10			99,98%		10
Em 31 de dezembro de 2016									
Investimento Schulz Compressores S.A	Brasil	10		10			99,98%		10

Nas demonstrações financeiras consolidadas esses investimentos foram eliminados, sendo as sociedades controladas, totalmente consolidadas conforme os critérios apresentados na nota 3.1.

9.2 Propriedade para Investimento

Propriedade para Investimento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10.031
Valor Justo	565
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.596

A Companhia possui terrenos classificados como propriedades para investimentos localizados em Joinville e Araquari. Os valores justos destas propriedades foram atualizados para 2016, atendendo a deliberação CVM nº 584 de 31 de julho de 2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

NOTA 10 – IMOBILIZADO

Imobilizado	Controladora								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	32.951	117.654	375.374	9.036	2.718	110.336	11.802	10.254	8.411
Depreciação Acumulada		(41.485)	(209.032)	(4.453)	(1.737)	(62.410)	(8.559)	(6.495)	
Valor contábil líquido	32.951	76.169	166.342	4.583	981	47.926	3.243	3.759	8.411
Adições			782	2		5		7	13.033
Transferências		1.852	3.627	180		2.314	835	88	(9.919)
Transferências Depreciação		(4)	(106)	(34)		3	2	139	
Variação Cambial									
Baixas		(7)	(1.240)	(35)		(385)	(831)	(396)	(631)
Depreciação		(2.824)	(19.120)	(699)	(215)	(8.073)	(1.413)	(687)	
Baixas da Depreciação		3	922	21		344	822	376	
Saldo Final	32.951	75.189	151.207	4.018	766	42.134	2.658	3.286	10.894
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	32.951	119.499	378.543	9.183	2.718	112.270	11.806	9.953	10.894
Depreciação Acumulada		(44.310)	(227.336)	(5.165)	(1.952)	(70.136)	(9.148)	(6.667)	
Valor contábil líquido	32.951	75.189	151.207	4.018	766	42.134	2.658	3.286	10.894

Imobilizado	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Imobilizado Andamento
Taxas anuais de depreciação		3%	2,5% a 33%	3% a 20%	5% a 33%	3% a 33%	8% a 20%	4% a 20%	
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	32.951	117.654	375.529	9.074	2.761	110.336	11.805	10.254	8.411
Depreciação Acumulada		(41.485)	(209.142)	(4.486)	(1.779)	(62.410)	(8.562)	(6.495)	
Valor contábil líquido	32.951	76.169	166.387	4.588	982	47.926	3.243	3.759	8.411
Adições			837	262		5		7	13.033
Transferências		1.852	3.627	180		2.314	835	88	(9.919)
Transferências Depreciação		(4)	(106)	(34)		3	2	139	
Variação Cambial			(4)	(7)					(11)
Baixas		(7)	(1.240)	(35)		(385)	(831)	(396)	(631)
Depreciação		(2.824)	(19.139)	(702)	(216)	(8.073)	(1.413)	(687)	
Baixas da Depreciação		3	922	21		344	822	376	
Saldo Final	32.951	75.189	151.284	4.273	766	42.134	2.658	3.286	10.894
Em 31 de dezembro de 2016									
Custo	32.951	119.499	378.749	9.474	2.761	112.270	11.809	9.953	10.894
Depreciação Acumulada		(44.310)	(227.465)	(5.201)	(1.995)	(70.136)	(9.151)	(6.667)	
Valor contábil líquido	32.951	75.189	151.284	4.273	766	42.134	2.658	3.286	10.894

A Companhia procedeu revisão da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

A base adotada para revisão do cálculo da depreciação foram as seguintes premissas e critérios:

- Mudanças na utilização dos bens;
- Aquisições do período;
- Mudanças nos processos produtivos que possam levar ao desgaste maior dos bens;
- Alteração no plano de manutenção;
- Mudanças na política da Cia sobre renovação de ativos;

- Estado de conservação dos bens, através da inspeção “*in loco*”;
- Dados históricos;
- Experiência da CIA com ativos semelhantes;
- Mudanças no ambiente econômico onde a CIA atua;
- Informações contábeis;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Especificações técnicas e
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações da controladora, o montante de R\$ 30.750 mil (R\$ 31.389 mil em 31 de dezembro 2015), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 860 mil (R\$ 826 mil em 31 de dezembro de 2015) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.421 mil (R\$ 1.736 mil em 31 de dezembro de 2015) como “despesas gerais e administrativas”.

Em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações consolidadas, o montante de R\$ 30.762 mil (R\$ 31.397 mil em 31 de dezembro 2015), referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 871 mil (R\$ 847 mil em 31 de dezembro de 2015) como “despesas comerciais” e o montante de R\$ 1.421 mil (R\$ 1.736 mil em 31 de dezembro de 2015) como “despesas gerais e administrativas”.

Em virtude de diversos contratos de financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 totalizava R\$ 13.626 mil (R\$ 16.546 mil em 31 de dezembro de 2015), a Companhia possui alienação fiduciária de bens do imobilizado representados por máquinas e equipamentos.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Intangível	Controladora						
	Marcas	Patentes	Imob. Intang. Andamento	Desenv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	Total
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	121	17	1.588	21.777	9.177	556	33.236
Amortização Acumulada	(95)			(7.651)	(6.601)		(14.347)
Valor contábil líquido	26	17	1.588	14.126	2.576	556	18.889
Adições			1.159				1.159
Transferências			(1.164)	908	1.279		1.023
Transferência Amortização							
Baixas				(593)	(172)		(765)
Amortização				(1.325)	(932)		(2.257)
Baixa Amortização				196	172		368
Saldo Final	26	17	1.583	13.312	2.923	556	18.417
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	121	17	1.583	22.092	10.284	556	34.653
Amortização Acumulada	(95)			(8.780)	(7.361)		(16.236)
Valor contábil líquido	26	17	1.583	13.312	2.923	556	18.417

Intangível	Consolidado						
	Marcas	Patentes	Imob. Intang. Andamento	Desenvolv. Projetos	Programas de Computador	Ágio - Goodwill	Total
Taxas anuais de amortização	0%	0%	0%	7%	8 a 20%	0%	
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	121	17	1.588	21.777	9.177	556	33.236
Amortização Acumulada	(95)			(7.651)	(6.601)		(14.347)
Valor contábil líquido	26	17	1.588	14.126	2.576	556	18.889
Adições			1.159				1.159
Transferências			(1.164)	908	1.279		1.023
Transferência Amortização							
Baixas				(593)	(172)		(765)
Amortização				(1.325)	(932)		(2.257)
Baixa Amortização				196	172		368
Saldo Final	26	17	1.583	13.312	2.923	556	18.417
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	121	17	1.583	22.092	10.284	556	34.653
Amortização Acumulada	(95)			(8.780)	(7.361)		(16.236)
Valor contábil líquido	26	17	1.583	13.312	2.923	556	18.417

As marcas e o ágio são decorrentes do processo de aquisição e incorporação da SOMAR S.A. – Indústrias Mecânicas.

Em 31 de dezembro de 2016, nas demonstrações da controladora e consolidada, o montante de R\$ 1.531 mil (R\$ 1.501 mil em 31 de dezembro de 2015) foi registrado como “custo dos produtos vendidos” e o montante de R\$ 726 mil (R\$ 705 mil em 31 de dezembro de 2015) como “despesas gerais e administrativas”.

NOTA 12 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábil de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, sendo identificadas as seguintes perdas por “impairment”:

Impairment	Controladora		Consolidado	
	Contas a receber	Estoques	Contas a Receber	Estoques
Em 31 de dezembro de 2015	(6.967)	(8.286)	(7.358)	(8.286)
Constituições (resultado)	(7.224)	(1.895)	(7.277)	(1.895)
Reversões (resultado)	4.954	5.653	5.072	5.653
Baixas contra provisões	2.694		2.694	
Em 31 de dezembro de 2016	(6.543)	(4.528)	(6.869)	(4.528)

NOTA 13 - FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Pagar a Fornecedores Interno	24.919	27.721	24.919	27.721
Contas a Pagar a Fornecedores Externo	696	1.192	(191)	1.004
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	127	(607)		
Total a pagar Fornecedores	25.742	28.306	24.728	28.725
Aging List Contas a Pagar	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos				
A Vencer em até 3 meses	25.513	28.094	24.499	28.513
A vencer mais de 3 meses	229	212	229	212
Contas a Pagar a Fornecedores	25.742	28.306	24.728	28.725
Contas a Pagar por Tipo de Moeda	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais	24.919	27.721	24.919	27.721
US\$	755	193	(259)	612
Euro	68	392	68	392
Contas a Pagar a Fornecedores	25.742	28.306	24.728	28.725

NOTA 13.1 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Obrigações Sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Férias e 13º Salário	3.942	3.846	3.942	3.846
Programa Participação Resultado	4.521	7.648	4.521	7.648
INSS / FGTS	2.920	2.581	2.920	2.581
Salários a Pagar	2.993	2.885	2.993	2.885
Outras Obrigações Sociais	403	301	403	301
Total	14.779	17.261	14.779	17.261

NOTA 13.2 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Obrigações Tributárias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ / CSLL	573	379	718	906
IRPJ / CSLL Diferidos	4.548		4.548	
IPI / PIS / COFINS	1.860	130	1.860	130
Obrigações Tributárias Estaduais	575	449	575	449
Obrigações Tributárias Municipais	11	7	11	7
Outras Obrigações Tributárias Federais	3.445	2.863	3.445	2.863
Obrigações Tributárias Curto Prazo	11.012	3.828	11.157	4.355
Refis	1.581	2.321	1.581	2.321
Obrigações Tributárias Longo Prazo	1.581	2.321	1.581	2.321
Total Obrigações Tributárias	12.593	6.149	12.738	6.676

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos(Valor em Milhares de Reais)					Controladora		Consolidado	
					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
BNDES - FINEM	SELIC +3,00% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada		772		772
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	946	936	946	936
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 2,05 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	3.716	3.690	3.716	3.690
BNDES - FINEM	3,0%, 3,5% e 4,0% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	2.101	1.680	2.101	1.680
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80% a a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	1.475	1.125	1.475	1.125
BNDES-Exim-PSI	6,75% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pré-Fixada	101.596	55.404	101.596	55.404
Cédula Crédito Bancário	120% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada		43		43
Cédula Crédito Bancário	Zero	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada		158		158
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	17.157	28.535	17.157	28.535
Exportação-NCE - Resol. 3622	5,5% a.a.	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada		1.667		1.667
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pré-Fixada	375	375	375	375
Finame	TJLP + 2,5% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.283	1.260	1.283	1.260
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	27	22	27	22
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	1.739	1.851	1.739	1.851
Leasing	100% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada	17	46	17	46
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 3,73% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	21.926	29.771	21.926	29.771
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada	13.421	16.152	13.421	16.152
Vendor	105% do CDI	Nota Promissória	Real	Pós-Fixada	5.358	4.396	5.358	4.396
Total do Circulante					171.137	147.883	171.137	147.883
Modalidade	Taxa Média	Garantia	Moeda	Indexador				
BNDES - FINEM	TJLP + 1,80% aa	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	940	1.853	940	1.853
BNDES - FINEM	TJLP (311) + 2,05 a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	14.264	9.906	14.264	9.906
BNDES - FINEM	3,0%, 3,5% e 4,0% a.a	Fiança Bancária	Real	Pós-Fixada	5.508	7.597	5.508	7.597
BNDES - FINEM	J. Res. 635 (Cód.001) 3,4 + 1,80% a a	Fiança Bancária	Dólar	Pós-Fixada	3.582	4.790	3.582	4.790
BNDES-Exim-PSI	5,5 e 8,0% a.a	Nota Promissória	Real	Pré-Fixada	-	100.000		100.000
Exportação-NCE	100% do CDI	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	33.206	29.123	33.206	29.123
Exportação-NCE	CDI + 1,5% a.a.	Nota Promissória/Recebíveis	Real	Pós-Fixada	7.143	24.011	7.143	24.011
Exportação-NCE	Taxa Efetiva 11% a.a.	Sem Garantia	Real	Pós-Fixada	20.000	20.000	20.000	20.000
Finame	TJLP + 3,18% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	4.183	5.031	4.183	5.031
Finame	SELIC + 3,24% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	67	82	67	82
Finame	5,28% a.a	Alienação Fiduciária	Real	Pré-Fixada	6.310	8.031	6.310	8.031
Leasing	100% do CDI(CDI + 1,5%)	Alienação Fiduciária	Real	Pós-Fixada		22		22
Pré-Pgto. Export	VC + Libor + 3,73% a.a	Nota Promissória	Dólar	Pós-Fixada	73.868	42.579	73.868	42.579
Resolução 4131	VC + Libor + 2,60% a.a	Nota Promissória/Recebíveis	Dólar	Pós-Fixada		15.942		15.942
Total do Não Circulante					169.071	268.967	169.071	268.967
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850
Escalonamento da Dívida					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Em até 6 meses					40.027	85.506	40.027	85.506
De 6 meses a 1 ano					131.110	62.377	131.110	62.377
De 1 a 2 anos					106.347	158.796	106.347	158.796
De 2 a 3 anos					48.824	81.896	48.824	81.896
De 3 a 5 anos					11.798	23.809	11.798	23.809
Acima de 5 anos					2.102	4.466	2.102	4.466
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850
Dívida por Tipo de Moeda					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais - R\$		CP			134.315	100.835	134.315	100.835
Dólar Norte-Americano - US\$		CP			36.822	47.048	36.822	47.048
Reais - R\$		LP			91.621	205.656	91.621	205.656
Dólar Norte-Americano - US\$		LP			77.450	63.311	77.450	63.311
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850
Dívida por Indexação					31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Taxas Pré-Fixadas					115.580	173.881	115.580	173.881
Taxas-Pós Fixadas					224.628	242.969	224.628	242.969
Total de Empréstimos e Financiamentos					340.208	416.850	340.208	416.850

NOTA 15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

IRPJ e CSLL - Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR Federal Filial EUA			145	527
CSLL a recolher	573	379	573	379
IRPJ sobre diferenças temporárias	3.344		3.344	
CSLL sobre diferenças temporárias	1.204		1.204	
Total Passivo Circulante	5.121	379	5.266	906
IRPJ sobre diferenças temporárias	49.595	54.780	49.595	54.780
CSLL sobre diferenças temporárias	17.854	19.721	17.854	19.721
Total Passivo Não Circulante	67.449	74.501	67.449	74.501

15.1 Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora e Consolidado				
	Tributos Diferidos Passivos sobre Diferenças Temporárias				
	Diferenças Temporárias	Valor Justo Propr.p/Investim.	Valor Justo Imobilizado	Vida útil Imobilizado	Total
Em 31 de dezembro 2015	9.775	3.242	25.418	36.066	74.501
Constituição dos Tributos	3.303	192		1.601	5.096
Transferência Curto Prazo				(4.548)	(4.548)
Baixa dos Tributos	(2.551)		(1.497)	(3.552)	(7.600)
Em 31 de dezembro 2016	10.527	3.434	23.921	29.567	67.449

15.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrados no resultado dos períodos:

Conciliação IRPJ/CSLL do Resultado do Período	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão IRPJ	8.876	10.575	9.051	11.059
Provisão CSLL	3.015	3.607	3.015	3.607
Outras Receitas Tributárias - IRPJ/CSLL	(4.701)		(4.701)	
Constituição IRPJ sobre diferenças temporárias	3.839	2.710	3.839	2.710
Constituição CSLL sobre diferenças temporárias	1.382	975	1.382	975
Realização de IRPJ sobre diferenças temporárias	(5.680)	(1.445)	(5.680)	(1.445)
Realização de CSLL sobre diferenças temporárias	(2.045)	(515)	(2.045)	(515)
IRPJ/CSLL do Resultado do Período	4.686	15.907	4.861	16.391

NOTA 16 – PROVISÕES DE CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária, e que estão registrados no Exigível à Longo Prazo, para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável. Depósitos judiciais foram efetuados no valor de R\$ 3.950 mil (R\$ 3.305 mil em 31 de dezembro de 2015) e são registrados no Realizável à Longo Prazo.

Provisões Contingências	Trabalhistas	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2015	2.222	-	2.222
Constituição de provisões			-
Reversão de provisões	(977)		(977)
Provisões utilizadas			-
Em 31 de dezembro de 2016	1.245	-	1.245

A Companhia possui passivos contingentes considerados pelos assessores jurídicos como possível probabilidade de perda, para os quais não há provisões constituídas. As principais contingências não contabilizadas são as seguintes:

Contingências	Valor da Causa	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhista e Previdenciária	10.522	5.070
Tributária	2.846	2.460
Ambiental	295	
Cível	231	1.010
Total	13.894	8.540

NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS

17.1 Transações com Controladas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	Ativo	
	Clientes	
	31/12/2016	31/12/2015
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD		
Schulz of América, Inc.(Nota 6)	2.581	4.372
Total	2.581	4.372
Parte Relacionada	Passivo	
	Fornecedores	
	31/12/2016	31/12/2015
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD		
Schulz of América, Inc.(Nota 13)	127	(607)
Total	127	(607)
Parte Relacionada	Resultado(Receitas)	
	Receita de Vendas	
	31/12/2016	31/12/2015
Schulz of América, Inc.(Nota 19)	8.250	6.471
Total	8.250	6.471
Parte Relacionada	Resultado(Custo)	
	Custo das Vendas	
	31/12/2016	31/12/2015
Shanghai Schulz Machinery CO.,LTD	7.222	4.633
Total	7.222	4.633

As operações de compra e venda envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado.

17.2 Transações com Acionistas e Diretores

Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
	Outras Contas a Pagar		Outras Contas a Pagar	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participação Administradores Estatutários	3.230	3.765	3.230	3.765
Juros sobre Capital Próprio	124	121	124	121
Dividendos Controladores	2.048	926	2.048	926
Total	5.402	4.812	5.402	4.812

17.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração dos Conselheiros	496	366	496	366
Remuneração Diretoria - Pro-labore	3.761	3.765	3.761	3.765
Participação da Administração	3.230	3.765	3.230	3.765
Total	7.487	7.896	7.487	7.896

A participação da administração está em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

NOTA 18 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, e é formado de 63.816.925 ações, sendo 27.266.565 ações ordinárias e 36.550.360 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Direito a um dividendo, não cumulativo, de 25% do lucro líquido;
- b) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- c) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

18.1 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio está estabelecida na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida nos artigos 31º ao 33º do Estatuto Social, o dividendo obrigatório é fixado em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Descrição	Valor R\$ Mil
Lucro líquido do exercício	30.650
(-) Reserva legal	(1.533)
(-) Reserva p/ Incentivos Fiscais	(3.244)
Base de Cálculo Dividendos	25.873
Dividendos propostos – 25%	6.468
(-) Juros sobre o capital próprio líquido do imposto de renda	(4.516)
Dividendos a pagar	1.952

A Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/10/2016 autorizou a companhia o pagamento de dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio e que foi disponibilizado a partir de 30/11/2016 aos acionistas.

Juros Sobre Capital Próprio		
Valor Bruto		5.119
(-) IRRF		(603)
Valor Líquido		4.516

18.2 Ações em Tesouraria

A) Preferenciais

Ações em Tesouraria / Preferenciais	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2015	244.400	1.184.697
Aquisições no Período	30.794	163.208
Baixas no Período		
Saldo em 31/12/2016	275.194	1.347.905

Preços das Ações / Preferenciais Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
3,78	8,98	5,75	4,23

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2016, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 1.164 mil (275.194 x 4,23).

B) Ordinárias

Ações em Tesouraria / Ordinárias	n° de ações	Valor em R\$
Saldo em 31/12/2015	3.200	38.400
Aquisições no Período	2.200	26.400
Baixas no Período		
Saldo em 31/12/2016	5.400	64.800

Preços das Ações / Ordinárias Adquiridas			
Mínimo	Máximo	Médio Ponderado	Última Cotação
12,00	12,00	12,00	12,00

Baseado na última cotação de mercado em 31 de dezembro de 2016, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 64,8 mil (5.400 x 12,00).

18.3 Reservas para Incentivos Fiscais

Em 08/12/2014, iniciamos a constituição de reservas para incentivos fiscais, sendo que esse valor corresponde às receitas com subvenção de investimento. Este direito foi adquirido junto ao Estado de Santa Catarina, através do protocolo de intenções que as partes celebraram entre si, onde a companhia compromete-se a investir em bens do ativo imobilizado. Em 2016 constituímos o valor R\$ 3.244(R\$ 3.820 em 2015).

Conforme art. 443 do RIR/99 esse valor foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL e somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízos ou ser incorporado ao capital social, não podendo ser distribuído aos acionistas ou sócios.

Reservas Incentivos Fiscais	Valor em R\$
Saldo 31/12/2015	12.253
Aquisições	3.244
Saldo em 31/12/2016	15.497

NOTA 19 – RECEITAS DE VENDAS

Receita Líquida de Venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vendas Mercado Interno	524.765	548.323	524.765	548.323
Vendas Zona Franca de Manaus	2.441	3.463	2.441	3.463
Vendas Mercado Externo	200.263	230.903	217.511	248.138
Outras Vendas	1.849	1.362	1.849	1.362
Vendas Intercompanhia	8.250	6.471	-	-
(-) Devoluções e Abatimentos	(51.942)	(44.539)	(52.186)	(44.857)
(-) Impostos sobre as Vendas	(114.674)	(108.339)	(114.674)	(108.339)
Receita Líquida de Vendas	570.952	637.644	579.706	648.090

NOTA 20 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Juros sobre Capital de Giro	27.643	30.559	27.643	30.559
Juros sobre Financiamentos	4.423	4.773	4.423	4.770
Variação Cambial	62.543	88.218	62.503	88.307
Outras Despesas	2.361	2.010	2.361	2.010
Total de Despesas	96.970	125.560	96.930	125.646

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Variação Cambial	62.066	86.660	62.066	86.660
Aplicações Financeiras	29.038	26.775	29.038	26.775
Outras Receitas	2.813	1.223	2.813	1.223
Total de Receitas	93.917	114.658	93.917	114.658

Resultado Líquido Financeiro	(3.053)	(10.902)	(3.013)	(10.988)
-------------------------------------	----------------	-----------------	----------------	-----------------

NOTA 21 - PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

A Companhia mantém o Programa Schulz de Participação no Resultado à seus colaboradores, vinculada ao resultado da companhia e alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2016 constam de acordo.

A companhia provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 4.521 (R\$ 7.648 em 31 de dezembro 2015) referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores vinculados a CLT referente ao exercício de 2016. Os Diretores Estatutários, Conselho de Administração e Conselho Fiscal não tem participação neste programa.

NOTA 22 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação		31/12/2016	31/12/2015
Numerador			
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia			
Lucro disponível aos acionistas preferenciais		18.264	28.661
Lucro disponível aos acionistas ordinários		12.386	19.438
Total		30.650	48.099
Denominador (em milhares de ações)			
Quantidade de ações preferenciais emitidas		36.550	36.550
Quantidade de ações ordinárias emitidas		27.267	27.267
Total		63.817	63.817
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)			
Ação preferencial		0,49968	0,78417
Ação ordinária		0,45425	0,71288

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques, conforme apresentado:

Ramo (modalidade)	Objeto	Valor em Risco (R\$ Mil)
Riscos Nomeados e Operacionais	Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios, Edificações e Estoques	805.803
Além da cobertura detalhada acima, em 31/12/2016 a companhia também possuía apólices de seguro para os seguintes riscos:		
1. Lucros cessantes; 2. Responsabilidade Civil; 3. Transportes; 4. Automóvel (Frota); 5. Vida em Grupo; 6. Assistência Viagem.		

NOTA 24 - AVAIS E FIANÇAS

A Companhia concedeu, com o fim de atender exclusivamente suas operações financeiras, aproximadamente R\$ 13,6 milhões (valor de mercado) em alienação fiduciária (nota 14), e R\$ 40,3 milhões em fiança bancária prestada como garantia para o financiamento de projetos de investimento contratados com o BNDES (R\$ 38.709 mil) e também em decorrência de contratos de compra e venda de energia elétrica (R\$ 1.679 mil).

NOTA 25 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora							Controladora						
Ativos Financeiros	31/12/2016			31/12/2015			Passivos Financeiros	31/12/2016		31/12/2015			
	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total		
Equivalentes de Caixa	199.381	42.376	241.757	223.053	21.579	244.632	Fornecedores	25.742	25.742	28.306	28.306		
Clientes		150.660	150.660		179.617	179.617	Empréstimos e Financiamentos	340.208	340.208	416.850	416.850		
Outras Aplicações													
Total	199.381	193.036	392.417	223.053	201.196	424.249	Total	365.950	365.950	445.156	445.156		

Consolidado							Consolidado						
Ativos Financeiros	31/12/2016			31/12/2015			Passivos Financeiros	31/12/2016		31/12/2015			
	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Mensurado pelo Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total		Mensurado ao custo amortizado	Total	Mensurado ao custo amortizado	Total		
Equivalentes de Caixa	199.381	47.712	247.093	223.053	28.759	251.812	Fornecedores	24.728	24.728	28.725	28.725		
Clientes		154.656	154.656		181.814	181.814	Empréstimos e Financiamentos	340.208	340.208	416.850	416.850		
Outras Aplicações													
Total	199.381	202.368	401.749	223.053	210.573	433.626	Total	364.936	364.936	445.575	445.575		

NOTA 26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de dezembro de 2015	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	453.929	205.265	659.194
Receita entre Segmentos		(11.104)	(11.104)
Receita de Clientes	453.929	194.161	648.090
Depreciação e Amortização	(29.486)	(6.700)	(36.186)
Ativo Imobilizado e Intangível	276.864	86.441	363.305

Em 31 de dezembro de 2016	Indústria	Comércio	Total
Receita Operacional Líquida	400.700	194.478	595.178
Receita entre Segmentos		(15.472)	(15.472)
Receita de Clientes	400.700	179.006	579.706
Depreciação e Amortização	(28.758)	(6.553)	(35.311)
Ativo Imobilizado e Intangível	261.112	80.740	341.852

A administração da Companhia segrega apenas o ativo imobilizado entre os dois segmentos operacionais. Assim o valor dos ativos totais não é apresentado de forma segregada, visto que são comuns aos dois segmentos.

A Companhia realiza venda para o mercado interno e externo, nos segmentos de compressores e automotiva. As vendas para o mercado externo estão assim distribuídas:

Mercado Externo	31/12/2016	31/12/2015
América Latina	17,44%	12,64%
EUA e Canadá	31,97%	37,34%
Europa	47,35%	49,11%
Outros	3,24%	0,91%

NOTA 27 – DEMONSTRAÇÃO CÁLCULO LAJIDA (EBITDA)

Demonstramos a seguir o cálculo do LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda Incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, os valores (em milhares) estão de acordo com as publicações das demonstrações consolidadas da companhia divulgadas para os períodos:

LAJIDA(EBITDA)	2.015	3T'16	4T'15	4T'16	2.016
Lucro Líquido Exercício	48.099	4.671	10.340	6.499	30.650
(+) Tributos sobre o Lucro	16.391	3.132	(572)	(2.577)	4.861
(+) Despesas Financeiras Líquidas	10.988	372	2.382	592	3.013
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	36.186	8.797	9.219	8.770	35.311
TOTAL	111.664	16.972	21.369	13.284	73.835
Receita Operacional Líquida	648.090	146.049	149.027	137.951	579.706
Margem LAJIDA(EBITDA) sobre ROL	17,23%	11,62%	14,34%	9,63%	12,74%